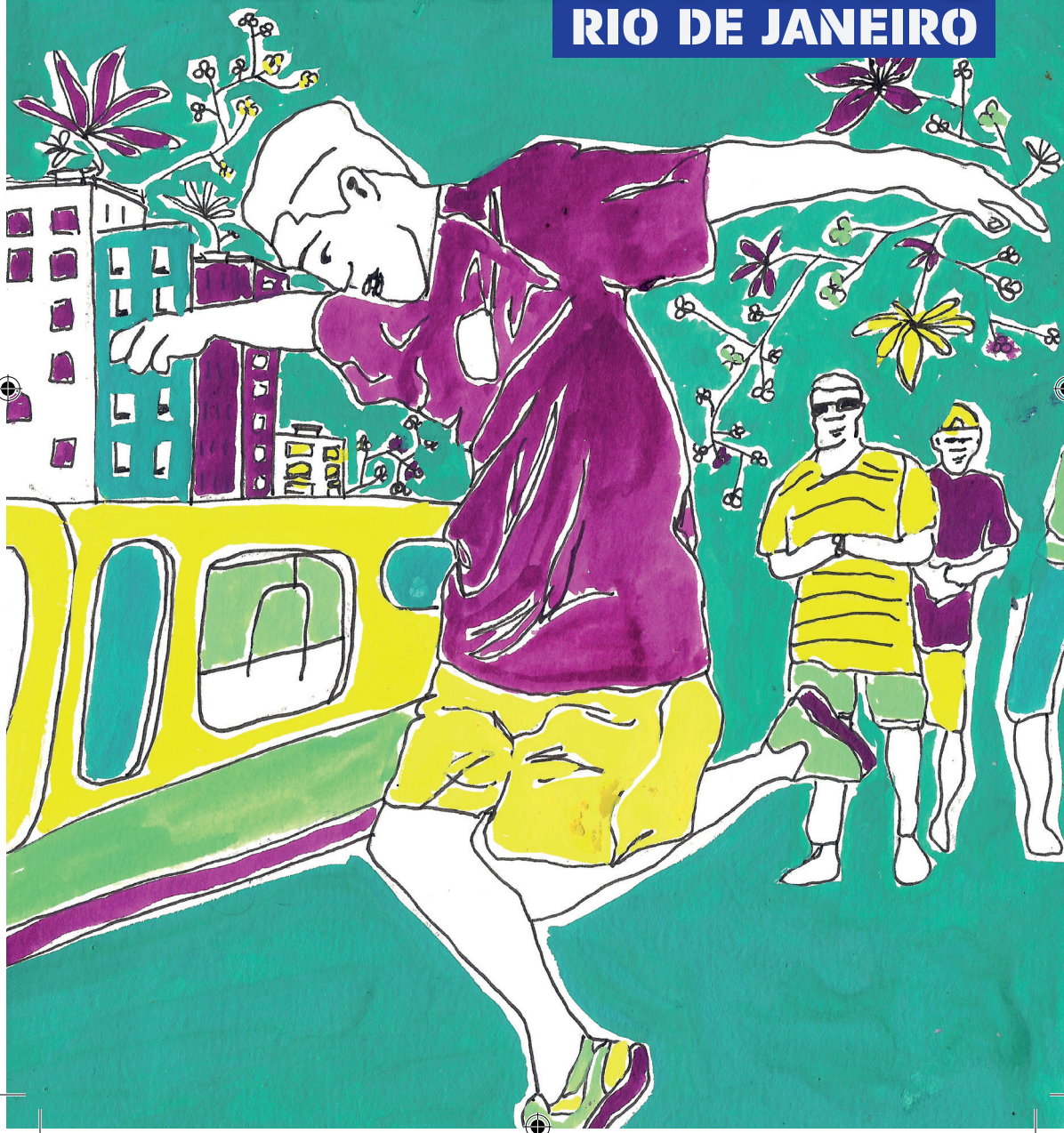


GUIA

Juventudes nas cidades

RIO DE JANEIRO



Sumário

Juventudes e desigualdade	3
Introdução	5
Direito à cidade	6
Mobilidade	7
Identidade Jovem	8
Moradia	8
Espaço público	9
Meio ambiente	9
Educação	10
Ensino Médio	10
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	11
Ensino Técnico	11
Ensino Superior	13
Bolsas Prouni	16
Cursinhos populares	16
Trabalho e Renda	19
Reformas trabalhista e da Previdência	19
Empreendedorismo	22
Cultura	23
Espaços de cultura	23
Fomento	25
Direitos humanos e diversidade	26
Enfrentamento ao Racismo	26
Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	27
Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSDR)	29
Direitos e políticas para a população LGBT	29
Expediente	31

Juventudes e desigualdade

por Rafael Georges e Tauá Pires

O debate sobre desigualdade é urgente nos tempos atuais, mas como isso afeta às juventudes? Atualmente o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo em matéria de renda¹. O ano de 2017 ficou marcado por mais de 45 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza², enquanto os cinco maiores bilionários do país possuíam juntos a riqueza equivalente à da metade mais pobre da população³. Infelizmente, se não forem assumidas mudanças no sentido da redistribuição de renda e de justiça fiscal, a tendência é de agravamento desse quadro.

A geração jovem, o que compreende a faixa etária entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude⁴, é um segmento muito importante para o desenvolvi-

mento de um país. Essa é a fase da conclusão dos estudos, da transição escola-trabalho, do ingresso no ensino superior, das definições profissionais, da constituição de famílias, da mudança de moradia e, principalmente, do auge criativo. A trajetória juvenil depende das experiências que os jovens terão ao longo desse período e das condições que forem estabelecidas para o exercício pleno dos seus direitos na sociedade.

Quando consideramos elementos como território, gênero, raça e classe observamos vários tipos de desigualdade. É possível que numa mesma cidade existam jovens que façam o caminho para a escola em carros super confortáveis e blindados, enquanto tantos outros estudem em situações precárias e enfrentem várias adversidades para chegar na escola. Espelhos turvos de uma mesma

1 PNUD. 2017. "Relatório de Desenvolvimento Humano 2016".

2 Banco Mundial, 2017. Novos padrões de cálculo de linha da pobreza para países de renda média e média alta (caso do Brasil), consideram a linha da pobreza acima dos USD 1,90 por dia por pessoa. No caso brasileiro, ela seria de USD 5,50 por dia por pessoa.

3 OXFAM. 2018. "Recompensem o trabalho, não a riqueza". Disponível em <https://www.oxfam.org.br>.

4 Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013



realidade, com inúmeros outros reflexos.

As recentes políticas de austeridade econômica, como corte de gastos públicos e redução ou finalização de políticas de inclusão social, seguramente afetam mais as mulheres, negros e jovens. A Emenda Constitucional (EC) 95, impacta – sobretudo – as possibilidades de futuro dos jovens, na medida em que congela os gastos em educação, que é uma política que acompanha a juventude por quase todo seu desenvolvimento. A precarização do ensino público deve agravar ainda mais os altos índices de evasão escolar no ensino fundamental, e de falta de acesso ao ensino universitário por parte da juventude brasileira.

Outro exemplo de impacto geracional é a Reforma Trabalhista. De acordo com estudo da OIT⁵, a taxa de desemprego entre os jovens no Brasil é a maior dos últimos 27 anos, com 30% das pessoas de 15 a 24 anos em busca de uma ocupação, praticamente o dobro da média mundial, de 13,1%.

Na busca por uma sociedade mais justa, equitativa e igualitária, o papel do Estado é fundamental para garantir a redistribuição dos recursos e provimento dos bens

e serviços públicos. Tendo o Brasil uma herança de colonização e escravidão, a perspectiva de políticas públicas junto com reparação histórica é algo que deve ser refletido de forma integrada. O que significa que além da questão econômica, o fator racial é algo que também estrutura as desigualdades no país.

Esse enfrentamento urgente das desigualdades é importante também para vivermos em uma sociedade menos violenta, já que exclusão social caminha junto com o aumento da violência. Novamente os jovens são os mais afetados seja pela criminalidade, seja pelos índices de assassinatos. A maioria das 58 mil pessoas que morrem assassinadas por ano é de jovens negros entre 15 e 29 anos.

Por fim, a juventude é acima de tudo um agente de mudança que apresenta para a sociedade novas formas de discutir os problemas gerados pelas desigualdades. Os jovens nos provocam a pensar em novas soluções, com base naquilo que estão experimentando em sua realidade cotidiana. Observar e aprender com os jovens também significa contribuir para pensar em soluções maiores para o conjunto da sociedade brasileira.

⁵ Organização Mundial do Trabalho (OIT), 2017. Relatório "Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017"



Introdução

O Guia “Juventudes nas Cidades” é um instrumento de conhecimento e defesa do nosso direito à cidade. Nele você encontrará informações sobre leis, políticas públicas e oportunidades profissionais e de formação, públicas e/ou gratuitas, que podem te ajudar a pensar sobre o futuro.

Não podemos ignorar que o nosso país atravessa uma grave crise econômica e política, em que vários dos nossos direitos estão ameaçados. Por isso, além de saber sobre o que existe na cidade, para buscarmos oportunidades e melhores condições de vida, precisamos nos informar sobre como lutar por um mundo melhor, mais justo e equitativo para todas as pessoas. Também incluímos aqui

algumas iniciativas de grupos voltadas para a juventude, que apesar das dificuldades mantêm a luta por mais direitos.

Este guia foi elaborado no âmbito do projeto “Juventudes nas Cidades”, por iniciativa das organizações Oxfam Brasil, Ação Educativa, Fase PE, Fase RJ, Ibase, Inesc e Instituto Pólis. Nas cidades do Distrito Federal e entorno, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo foram realizadas oficinas, encontros autogestionados e reuniões com jovens de diferentes grupos e coletivos. Ele é resultado do esforço coletivo de debate e mobilização em prol da democracia no país e da luta por direitos.

Esperamos que ele seja útil não só para você, mas também para os seus colegas, amigos e familiares.



6 Direito à cidade

A ideia de Direito à Cidade surge em 1968, concebendo, sobretudo, **o direito de transformar e renovar a cidade a partir de nossas necessidades e desejos como seres humanos e não em favor do capital.**

Passados 50 anos, muitos movimentos sociais e populares apropriaram-se desse direito, dando a

ele novos significados a partir de suas lutas. No entanto, para muitas pessoas, a cidade continua sendo um ambiente precário, inacessível e violento. A luta pelo Direito à Cidade continua atual e necessária. Uma prova disso foram as jornadas de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas do Brasil reivindicando cidades mais justas e melhores serviços públicos.

Atualmente, entende-se que o

ESTATUTO DA JUVENTUDE (LEI Nº 12.852/2013): define quais são os direitos da população jovem entre 15 e 29 anos, além dos princípios e das diretrizes para as políticas de juventude nos âmbitos federal, estadual e municipal. O Estatuto da Juventude é fruto de um processo de mobilização que inclui a elaboração de um plano nacional para as políticas de juventude e organismos como secretarias e conselhos para elaborá-las e executá-las.

“Direito à Cidade é o direito de todos os habitantes, presentes e futuros, permanentes e temporários, de habitar, usar, ocupar, produzir, transformar, governar e desfrutar de cidades, aldeias e assentamentos humanos justos, inclusivos, seguros e democráticos, definidos como bens comuns essenciais para uma vida decente, que devem ser compartilhados e beneficiar todos os membros da comunidade”.

O direito à cidade significa garantir cidades que sejam livres de discriminação; com igualdade de gênero; que abracem minorias e promovam diversidade étnica, racial, sexual e cultural; com maior participação política; e com economias diversas e inclusivas. Esse direito está previsto nos tratados internacionais de direitos humanos e também nas normas brasileiras, especialmente a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

A efetivação desse direito requer o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos, juntamente com os princípios e direitos específicos que somente o Direito à Cidade prevê: as funções sociais da terra, da propriedade e da cidade; a luta contra a discriminação socioespacial; espaços públicos de qualidade; e ligações rural-urbanas sustentáveis e inclusivas.

A Constituição garante que todos podem ir e vir, circular pelo território livremente, e para a juventude não é diferente


MOBILIDADE

Como você circula na sua cidade? Anda a pé, usa bicicleta, transporte coletivo ou carro? Quanto tempo demora para chegar em casa, no trabalho ou na escola? Se quiser sair para se divertir, tem como voltar para casa? Sendo mulher, você se sente segura em seus trajetos?

Todas essas questões dizem respeito à nossa **mobilidade urbana, que são as condições para as pessoas se locomoverem em uma cidade**. A Constituição garante que todos podem ir e vir, circular pelo território livremente. No entanto, enfrentamos diversos problemas, como o alto preço das passagens e a escassez ou mesmo falta do serviço em algumas regiões da cidade.

Algumas políticas foram criadas para tentar solucionar esses problemas, como o **Plano Nacional de Mobilidade Urbana** (Lei Nº 12.587/2013), baseado na ideia de desenvolvimento urbano sustentável e democrático. Para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, as condições de acesso a transporte e trânsito na cidade estão asseguradas pela Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de





A moradia é um direito social que deve ser garantido pela União, estados e municípios

Inclusão com Deficiência. Para a juventude como um todo, o direito ao passe livre estudantil ou a passagens com valor reduzido é uma das maiores conquistas. Além disso, em 2015, foi aprovada a Emenda Constitucional 90, que tornou o transporte um direito social, assim como a saúde e a educação.

IDENTIDADE JOVEM

Também conhecida como ID Jovem, foi criada a partir do Estatuto da Juventude. Tem benefícios como a meia-entrada para eventos culturais e esportivos e vagas gratuitas ou com descontos no transporte interestadual. Tem direito quem: tem entre 15 e 29 anos, sendo estudante ou não; possui renda familiar de até dois salários mínimos; tem cadastro atualizado no CadÚnico. Procure o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social mais perto de você. Para mais informações: <https://bit.ly/2kUr18X>.

No Rio de Janeiro, estudantes têm direito ao Passe Livre ou à meia passagem.

- **RioCard Escolar:** Assegura a gratuidade para estudantes da rede pública municipal, federal e estadual de Ensino (exceto SEEDUC). Para solicitar, é preciso compa-

recer com uniforme em um dos postos de atendimento. Para ver os endereços e ter mais informações: <https://bit.ly/2jnSZVf>.

- **Cartão da/do Estudante SEE-DUC/RJ:** Garante a gratuidade em ônibus convencionais para estudantes da rede pública. Para fazer o pedido, visite o site: www.cartaoriocard.com.br/gratuidade.

- **Passe Livre Universitário:** Cartão de gratuidade em ônibus municipais convencionais, BRT e VLT, com limite de 4 viagens por dia. Tem direito estudantes do ensino superior que sejam bolsistas do ProUni, cotistas ou tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo. Mais informações: www.riocard.com/passelivre.

- **Ônibus da Liberdade:** Para estudantes da rede municipal de áreas que não têm ônibus, a prefeitura disponibiliza ônibus gratuitamente. Para mais informações, acesse: <https://bit.ly/2npa6g4>.

MORADIA

O direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um

lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental. A moradia adequada deve garantir: segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; adequação física às necessidades de cada família; localização adequada com oportunidades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

O problema da moradia atinge milhares de famílias em todo o país. A falta histórica de políticas habitacionais associada a especulação imobiliária produziu cidades excludentes, nas quais a população de baixa renda não consegue ter acesso a uma moradia bem localizada e com padrões adequados.

Para promover o direito à moradia deve existir uma diversidade de políticas urbanas e programas habitacionais: locação social, produção de novas habitações bem localizadas na cidade, combate à especulação imobiliária e ocupação de imóveis vazios, urbanização de favelas e regularização fundiária.

ESPAÇO PÚBLICO

O direito à cidade também inclui o direito à apropriação do espaço público, aquele que é de uso comum e posse coletiva. No Rio de Janeiro, essa é uma questão delicada. Muitas regiões da cidade não são inteiramente acessíveis, sendo con-

troladas pelo Estado ou por poderes paralelos. O tema da segurança pública é um dos mais sensíveis na cidade e exige responsabilidade do poder público e a participação ativa da sociedade para mudar a realidade marcada violência.

A ocupação do espaço público muitas vezes provoca tensões com as instituições, seja a administração municipal ou a polícia, e com outros moradores. No Rio há, por exemplo, criminalização das festas de funk e de outras rodas e eventos culturais.

MEIO AMBIENTE

Temos direito a uma vida digna e à preservação dos recursos naturais, o que é responsabilidade das pessoas, da sociedade e do Estado. Nas cidades, há espaços verdes, mas que não estão igualmente distribuídos no espaço urbano.

Outra questão fundamental é a integração entre os espaços urbanos, rurais e ambientais, preservando práticas e saberes. Os movimentos agroecológicos, por exemplo, aproveitam espaços para o cultivo de alimentos e criações de animais. No Rio, procure nas redes sociais a Juventude Agroecológica Rio, a Rede Carioca de Agricultura Urbana, e outros coletivos. O Levante Popular da Juventude também realiza ações nesse sentido e para informações, envie um e-mail para levanteserj@gmail.com.






O acesso ao ensino visa “o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, conforme o artigo 54º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A educação não está apenas relacionada ao nosso futuro profissional, mas também a um meio de conhecer a nossa história, o mundo ao nosso redor e de que maneira podemos transformá-lo.

O direito à educação está previsto na Constituição Federal e é detalhado por outras leis, como o Plano Nacional de Educação (Lei nº

13.005/2014) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). No entanto, embora a oferta pública do Ensino Básico, Fundamental e Médio esteja garantida, as leis não delimitam bem a responsabilidade do poder público com a oferta de vagas no Ensino Superior – que incluem Institutos Federais e Universidades (estaduais e federais). Por isso, diversos movimentos sociais reivindicam a sua democratização, através de cotas, políticas de permanência e ampliação do acesso.

ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, antigo 2º Grau, é a etapa final da Educa-



O **Plano Nacional de Educação** entrou em vigor em 2014 e estabelece metas para um período de dez anos, ou seja, até 2024. A base dessa lei foi elaborada pela 1ª Conferência Nacional de Educação, com participação de diversos movimentos de luta pelo direito à educação. Uma das pautas incorporadas no Plano é o aumento do investimento público nessa área, que deve chegar a 10% do PIB brasileiro.

ção Básica. Está estruturado em três anos e tem duração mínima de 2.400 horas. Além de consolidar conhecimentos que aprendemos no Ensino Fundamental, o Ensino Médio deve nos ajudar a pensar os caminhos profissionais que queremos seguir. Por isso, ela é uma etapa fundamental para muitos cursos profissionalizantes, técnicos e para o acesso ao Ensino Superior.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

É uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade esperada. Tem como um dos seus objetivos facilitar as condições de conclusão de cada etapa e garantir a alfabetização da população.


É possível obter o diploma de Ensino Fundamental ou Médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). As inscrições são gratuitas e acontecem uma vez ao ano. Para mais informações, consulte o site do Inep: <http://encejanacional.inep.gov.br/enceja>.

Para informações sobre o EJA no Rio de Janeiro, acesse o site da Prefeitura: <http://www.rj.gov.br>.

ENSINO TÉCNICO

O ensino técnico visa uma entrada mais rápida no mundo do trabalho para quem está cursando ou terminou o Ensino Médio e para trabalhadoras/es e beneficiárias/os dos programas federais de transferência de renda (como Bolsa Família). Existem três tipos de cursos técnicos:

- **Integrado:** ao terminar o ensino fundamental, a pessoa faz uma única matrícula no estabelecimento de ensino especializado. No final da formação, recebe certificado de conclusão do ensino médio e diploma do curso técnico.
- **Concomitante:** é preciso fazer duas matrículas em escolas diferentes, em uma escola de ensino médio e em outra que oferece o curso técnico. Ao final, você recebe dois certificados de conclusão, mas de estabelecimentos distintos.
- **Subsequente:** você faz o curso



Pensamos na educação como um meio de conhecer o mundo e como podemos transformá-lo.

técnico apenas depois de terminar o ensino médio, ou seja, depois de concluir a educação básica.

Para mais informações acesse o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>.

Onde estudar

- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ):** Oferta cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e à distância. Possui campus na cidade do Rio de Janeiro nos bairros do Maracanã e Realengo e em mais 13 municípios: Para informações sobre ingresso, acesse o site <http://portal.ifrj.edu.br/>.
 - **Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ):** Oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes (pós-médio), tecnológicos, de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância. A instituição
- está localizada no campus sede Maracanã e em mais sete campi. Informações pelo site <http://www.cefet-rj.br/> ou pelos telefones (21) 2566-3182 / 2569-4338.
- **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV):** É uma unidade técnico-científica da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação sobre Educação Profissional em Saúde. Oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os cursos integrados ao Ensino médio têm duração mínima de 4 anos. Mais informações pelo site <http://www.epsjv.fiocruz.br/> ou pelo telefone (21) 3865-9797.
 - **Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR/UFRRJ):** Instituição de ensino técnico em nível médio vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada no município de Seropédica. Oferta cursos de Técnico em Agroecologia, Técnico em Hospedagem, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Agrimensura. Informações pelo telefone: (21) 2682-1004.



▪ **Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec):** Implementa a política de educação profissional e tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro. Possui mais de 130 unidades de ensino, que ofertam Ensino Técnico de nível médio, Formação Inicial e Continuada, Qualificação Profissional e Educação Superior. Informações pelo site: <http://www.faetec.rj.gov.br/>.

▪ **Ensino Médio integrado à Educação Profissional – Programa Educação Integral:** No Programa Educação Integral, está inclusa a oferta de vagas em escolas que combinam a formação regular com a formação profissional. Para mais informações, acesse o site <https://bit.ly/2sAIwhS>, entre em contato com a central de relacionamentos (21) 2380-9055, ou procure a sede da Secretaria na Avenida Professor Pereira Reis 119, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ.

▪ **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC):** Pelo Programa Senac de Gratuidade (PSG), regulamentado pelo Decreto 6.633 de 2018, é disponibilizada gratuitamente a formação profissional nos níveis de aprendizagem, capa-

ciação, aperfeiçoamento e no nível médio, ao mesmo tempo ou depois do ensino regular. podem acessar o programa pessoas cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse dois salários mínimos (R\$1.874), que estejam matriculadas ou tenham cursado a educação básica, que estejam trabalhando ou desempregadas. As pessoas que satisfizerem as duas condições – aluno e trabalhador – são priorizadas. Mais informações sobre requisitos para inscrição, unidades e cursos disponíveis são encontradas no site <http://psg.rj.senac.br/Paginas/Principal.aspx> ou pelos telefones: (21) 4020-2101 e (21)2582-5566.

ENSINO SUPERIOR

É uma etapa posterior ao Ensino Médio. Dentre as suas finalidades, destacam-se: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica.

Pela Lei de Cotas, 50% das vagas do Ensino Superior Federal devem ser destinadas a estudantes da escola pública



Os cursos do ensino superior se dividem entre cursos de graduação e sequenciais. Os sequenciais são cursos de curta duração, em média de dois anos, e o diploma não conta para seleções de mestrado e doutorado e para alguns concursos públicos. Os cursos de graduação, por sua vez, podem ser de três tipos:

- **Tecnológicos:** em geral, têm três anos de duração e são focados em uma área de atuação.
- **Bacharelados:** são mais longos, de no mínimo quatro anos, e mais abrangentes, com formação mais generalista.
- **Licenciatura:** oferecem formação para a atuação como professor no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Acesso ao ensino superior

A principal porta de acesso à graduação se dá através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A prova é realizada em dois dias, e tem 180 questões objetivas e discursivas, divididas em: linguagens e códigos, matemá-

tica, ciências da natureza e ciências humanas – além da redação. Saiba mais: <http://enem.inep.gov.br/>.

As Instituições públicas de ensino oferecem vagas para estudantes que fizeram o ENEM através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Pela Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012) na inscrição no Sisu a pessoa pode optar por concorrer às vagas abertas ou às vagas reservadas por critérios socioeconômicos e raciais. Saiba mais: <http://sisu.mec.gov.br/>.

Além de instituições federais de ensino superior – para as quais o acesso é por meio do Sisu – há também universidades estaduais, que realizam vestibulares próprios.

Instituições de ensino superior públicas

Além de oferecer cursos gratuitos, as instituições de ensino superior públicas têm programas de permanência para os estudantes, que podem incluir auxílio para moradia, alimentação, transporte e bolsas. O ingresso é feito através de um processo seletivo, como vestibular ou ENEM.

- **Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ:** A UFRJ tem 139 cursos/habilitações de graduação, oferecidos nas

Quem é de escola pública e/ou baixa renda pode solicitar isenção da taxa de inscrição nos vestibulares



suas 29 unidades acadêmicas distribuídas em dois campi e em diversas localidades. Atualmente, é a maior universidade do país. Informações sobre formas de ingressos pelos sites <https://ufrj.br/> <http://acessograduacao.ufrj.br/>, pelo telefone (21) 3938-9430, ou pelo e-mail acessograduacao@ufrj.br.

- **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO:** É uma fundação de direito público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior. Oferta dezenas de cursos de graduação. Para informações sobre formas de ingresso: <http://www.unirio.br/prograd/caeg>.
- **Universidade Federal Fluminense – UFF:** Criada em 1960, é constituída atualmente por 41 Unidades de Ensino. São ao todo 129 Cursos de Graduação presenciais e 6 Cursos de Graduação a distância. Oferece ainda cursos de pós-graduação e extensão. Informações: <https://bit.ly/2LwlxN7>
- **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ:** Conta com 57 cursos de graduação em seus três campus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três

Os cursinhos populares oferecem aulas de preparação para o vestibular e Enem, e também são espaços de formação política

Rios, com 41 cursos de pós-graduação e diversas atividades de extensão. Informações: <http://portal.ufrj.br/> e pelo telefone (21) 2682-1090/1080.

- **Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ:** Oferece 32 cursos de graduação, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são oferecidos por 30 unidades acadêmicas. Além do ingresso pelo Sisu, há ingresso por meio do vestibular estadual e pelo vestibular CEDERJ para cursos semi-presenciais. Para mais informações acesse o site: <https://bit.ly/2JghNIY>.
- **Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO:** Localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a UEZO oferece cursos que atendem às necessidades das empresas e indústrias da região. Além do ingresso pelo SiSU, há ingresso por meio do vestibular estadual. Informações: <http://www.uezo.rj.gov.br/>.





▪ **Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF:**

Localizada na cidade de Campos dos Goytazes. Oferta cursos de graduação na modalidade presencial e semi-presencial, cursos de pós-graduação e de extensão universitária. Adota o Sisu/Enem como vestibular. Informações: <http://www.uenf.br/> ou pelo Disque-UENF: 0800 0252004.

BOLSAS PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas integrais e parciais para cursos superiores em instituições privadas. Para participar, é preciso ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano anterior e obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas. A nota da redação também não pode ser zero. Para concorrer à bolsa integral, o estudante deve comprovar renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, a renda familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Saiba mais: <http://siteprouni.mec.gov.br/>.

CURSINHOS POPULARES

O movimento de cursos pré-vestibulares comunitários ganha

força entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. A questão principal que motivou a criação dos primeiros núcleos era uma realidade que impedia o acesso de jovens, em sua maioria, negros e negras pobres oriundos das periferias e favelas das grandes metrópoles brasileiras ao ensino universitário. Veja alguns que existem na nossa cidade:

▪ **+Nós:** O + Nós se define como um pré-vestibular popular por uma educação libertadora. O projeto não tem taxa de matrícula e nem mensalidades. As aulas são ministradas em Duque de Caxias, Mangunhos, Centro, São Gonçalo, Nilópolis, Realengo. Para mais informações na página do Facebook <https://www.facebook.com/pvpmaisnos/> ou pelo e-mail pvpmaisnos@gmail.com.

▪ **Prepara Nem:** Organiza eventos e preparatório para a prova do Enem, voltados para pessoas transexuais, travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou que sofrem discriminação de gênero. Informações: preparanem@gmail.com.

▪ **Pré-vestibular Social Ação:** É um projeto social que conta com uma equipe de profes-



res graduandos e graduados. A única cobrança é da matrícula, no valor de R\$ 25, sendo as demais mensalidades totalmente gratuitas. As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, das 18h às 21h40, no prédio da Faculdade de Letras da UFRJ, na Ilha do Fundão. Mais informações na página do Facebook <https://www.facebook.com/pvsacao> ou no site <http://pvsacao.wixsite.com/acao>.

- **Invest:** O InVest é um curso pré-vestibular comunitário existente há 16 anos. Conta com uma equipe de mais de 50 voluntários, cobrindo todas as disciplinas de vestibular, psicopedagogia e atividades extra-classe. As aulas do Invest acontecem em Botafogo, Rio, nas dependências do Colégio Santo Inácio. De segunda a sexta-feira, acontecem das 18h às 22h. Aos sábados, o horário é de 13h30 às 18h30. Mais informações: <https://cursoinvest.wordpress.com>.
- **CCPP:** O Centro de Capacitação Comunitária Paulo da Portela (CCPP) não é totalmente gratuito, mas tem preços populares. A primeira mensalidade custa R\$ 70 e as demais são R\$ 50. Fica na Rua Cananéa nº 143,

Oswaldo Cruz. Informações: (21) 3350-2993 ou pelo e-mail cccp.pportela@ibest.com.br.

- **Pré-Vestibular Popular na UFF:** O Curso Pré-Universitário Popular da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói é para quem mora em Niterói e proximidades. É gratuito e funciona no Campus da Praia Vermelha, de segunda à sexta de 18 às 22 horas; ou aos sábados, de 8 às 19 horas. Mais informações: <http://www.prepopular.uff.br/>.
- **UFRJ:** A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ) também tem um curso pré-vestibular comunitário, gratuito. Para mais informações, o telefone é (21) 2681-4691 ou (21) 2681-4692. O e-mail é pre.ufrj@gmail.com. O curso funciona em Seropédica.
- **Razão1:** Prepara adolescentes, jovens e adultos para o acesso às Escolas Técnicas públicas, de Ensino Médio qualificadas ou Escolas Militares e à Graduação em universidades públicas. Funciona na Paróquia Nossa Senhora do Desterro, hall do 2º piso do Auditório Padre Eustáquio, Endereço Rua Amaral Costa, 141, Campo Grande. Mais informações: <http://razao1.org/>.





- **Educafro:** A rede tem pré-vestibular em 88 núcleos do Rio e Grande Rio. O custo é de 5% do salário mínimo (ou seja, R\$ 47,70). As inscrições são feitas em cada núcleo e os endereços estão disponíveis no site www.educafrorio.org. Mais informações: (21) 98866-6073, (21) 96015-3202 e (21) 99687-2023.

- **Carolina de Jesus:** O pré-vestibular comunitário Carolina de Jesus cobra R\$ 30 por mês, mas é flexível com quem não tem condições financeiras para tal. As ins-

crições são feitas pelo Facebook (www.facebook.com/centroculturalcarolinamariadejesus). As aulas acontecem aos sábados, das 8h às 17h, na Associação de Moradores do Jardim do Carmo, em Vila Kosmos, próximo ao Shopping Carioca.

- **Vetor:** O curso funciona na Rua Cosme Velho 241, no Cosme Velho. É gratuito, mas tem uma taxa de matrícula de R\$10. Informações na página do Facebook www.facebook.com/vetorvestibular.






Trabalho e Renda

19

A juventude brasileira está muito presente no mundo do trabalho. Quase 30% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão na População Economicamente Ativa (PEA), um número expressivo, ainda que a participação tenha diminuído na última década. Essa entrada no mundo do trabalho, no entanto, é marcada por condições mais desfavoráveis em relação aos adultos, com alta rotatividade, maior desemprego e informalidade. Para piorar esse quadro, algumas mudanças recentes nesse âmbito impactam diretamente a juventude.

REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA

Recentemente, duas reformas entraram em discussão no país, a da Previdência e a Trabalhista. A Reforma Trabalhista já foi aprovada pelo Congresso Nacional e a sua principal mudança é a flexibilização dos vínculos de trabalho. Com a mudança, as empresas podem contratar profissionais sem horário fixo e chamá-los conforme a necessidade de serviço. Ela permite ainda que negociações entre patrões e empregados prevaleçam sobre a legislação, mesmo quando tra-



A Reforma Trabalhista reduziu os direitos dos trabalhadores; suas consequências afetam o futuro de quem entra agora no mercado de trabalho

zem prejuízos ao trabalhador. Já a Reforma da Previdência ainda está em discussão e diz respeito aos critérios e condições de aposentadoria. Dentre as propostas, está a ampliação do tempo de contribuição para quem está em trabalhos formais. Apesar de parecer uma realidade distante quando se é jovem, é importante ter atenção ao debate sobre a reforma, porque ela impacta diretamente nossos planos de futuro.

Uma alternativa para a inserção no mundo do trabalho é através dos programas de estágios e de aprendizagem, que têm jornadas menores e que podem ser conciliados com a vida escolar.

Jovem Aprendiz

É uma modalidade de trabalho para jovens, entre 14 e 24 anos (exceto no caso de pessoas com deficiência), associada à formação profissional. Os jovens devem estar cursando ensino fundamental ou médio e frequentar ensino técnico profissional, em convênio com a empresa. O contrato é de no máximo dois anos, com cartei-

ra de trabalho assinada e com os direitos trabalhistas, como férias e 13º, garantidos. A jornada deve ser de até seis horas por dia, podendo chegar a oito caso o aprendiz já tenha concluído o ensino médio e se as horas considerarem a aprendizagem teórica. O ideal é pesquisar na internet quais são as vagas disponíveis na sua região.

Estágios

Pela Lei de Estágios (Lei nº 11.788/2008) em vigor, o estágio é uma atividade educativa desenvolvida no ambiente profissional, mas que não caracteriza relação de emprego. Podem estagiar estudantes de ensino médio e superior, da educação profissional e do ensino fundamental na modalidade profissional (caso da Educação de Jovens e Adultos). O estagiário deve ser acompanhado por um professor-orientador e, pelo lado do contratante, por um supervisor. Para o ensino médio regular e profissional, e para superior, a jornada não pode passar de seis horas por dia e 30 por semana. No caso em que o estágio não é obrigatório, deve haver bolsa ou outra forma de remuneração e auxílio-transporte. Também é importante saber que agentes de integração não podem cobrar qualquer taxa dos estudantes.

PRONATEC

Criado em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas e ações de assistência técnica e financeira. É realizado em parceria com instituições de ensino públicas e privadas. Se destina prioritariamente a:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores e trabalhadoras (incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores);

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

A quantidade de vagas não é divulgada. Para mais informações: <http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/>.

Também é possível obter informações junto aos Postos Municipais de Trabalho.

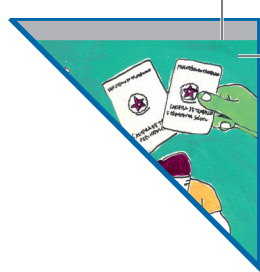
OPORTUNIDADES DE TRABALHO


▪ **Portal Mais Emprego:** No site é possível obter informações sobre seguro-desemprego e abono salarial, cadastrar seu currículo para vagas de trabalho de acordo com seu perfil profissional e encontrar cursos de qualificação. <http://maisemprego.mte.gov.br>.

▪ **Projeto Jovem Alerta:** Fruto de parceria entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Emprego e Inovação (SMDEI) e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Após a conclusão do curso, em dois meses, os alunos são encaminhados para seleção do Programa Jovem Aprendiz. Para participar é necessário ter entre 14 e 24 anos e estar cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou médio. **Informações:** (21) 2505-1311, 2505-1213 ou 2505-1322.

▪ **Oficina para o Emprego:** Oferece cursos gratuitos e

Aprendizagens e estágios são alternativas para a inserção de jovens no mundo profissional





Na cidade, diversos espaços oferecem orientação para quem deseja abrir o próprio negócio.

diversas áreas. Os cursos são gratuitos e os estudantes recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 13,60 por dia de aula. As aulas são realizadas em unidades do SENAI na cidade. Pode participar quem mora no município do Rio de Janeiro e tem mais de 16 anos. **Telefones:** (21) 2976-3695 e 2976-3665; **Email:** acs.smdei@gmail.com.

- **Programa Naves do Conhecimento:** Oferece oficinas, cursos e eventos sobre Informática Básica, Economia Criativa, Tecnologias da Informação, Robótica e Programação, Trabalho e Empreendedorismo. **Informações:** <https://navedocconhecimento.rio> Email: navesdoconhecimento@gmail.com
- **Programa de Formação de Programadores para Computador (FORSOFT):** Visa capacitar e empregar jovens em tecnologia da informação. A capacitação tem duração de seis meses e é gratuita. Pode parti-

cipar quem tem entre 18 a 24 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o 3o ano do Ensino Médio, e que residam em comunidades vulnerabilizadas. **Informações:** <https://www.forsoft.org.br/>.

EMPREENDEDORISMO

Muitas vezes, decidimos cedo que queremos ter o nosso próprio negócio, para ter mais liberdade na nossa carreira ou porque o mundo do trabalho não nos oferece outras possibilidades. Para quem é jovem e quer empreender, as maiores barreiras são a falta de recursos para investir e de experiência com a gestão de negócios.

Microempreendedor individual (MEI)

A maneira mais comum de se tornar empreendedor é como MEI, que abarca negócios com faturamento de até R\$ 81.000,00 por ano e que tem no máximo um empregado contratado. Antes de se cadastrar como MEI, é importante procurar a prefeitura para verificar se a atividade pode ser exercida no local desejado e se as atividades escolhidas podem ser registradas na modalidade.

Para entender melhor, acesse o site www.portaldoempreendedor.gov.br ou procure o SEBRAE mais perto de você.



Cultura é uma das principais áreas de interesse da juventude. Além de ser através dela que nos expressamos, fazer parte de projetos culturais nos abre possibilidades de futuro e nos permite dar visibilidade aos movimentos das periferias e favelas.

ESPAÇOS DE CULTURA

A cidade do Rio de Janeiro tem centros culturais que promovem atividades de exibição e de formação, ainda que distribuídos de forma desigual na cidade. A maior

parte dos centros culturais estão no centro ou na Zona Sul. Selecionamos alguns, mas você pode encontrar informações sobre outros no site do Governo do Estado: <https://bit.ly/2MowCA2>.

▪ **Arenas e Lonas Culturais:** As Arenas e Lonas Culturais são espaços cobertos, administrados pela Secretaria Municipal de Cultura da prefeitura do Rio de Janeiro onde ocorrem atividades culturais. As primeiras lonas foram o resultado da mobilização de grupos culturais e artísticos, que perceberam



Além de ser uma forma de expressão, a cultura dá visibilidade para movimentos das periferias e favelas.

que as estruturas montadas para os debates da RIO ECO'92 não estavam sendo utilizadas e reivindicaram seu uso para a promoção de atividades. Para mais informações sobre as Lonas, acesse o site da Prefeitura: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc>.

▪ **Biblioteca Parque Estadual:**

Com 15 mil metros quadrados, a Biblioteca Parque Estadual oferece: um acervo literário com mais de 250 mil itens, teatro com 195 lugares, auditório com 75 lugares, estúdio de som, salas multiusos para laboratórios. Apesar da falta de investimentos, é um lugar importante para a cultura da cidade, pois promove informação e lazer acessível a todos, sem restrição de idade, região de domicílio ou nível de formação. Além disso, está localizada perto da Central do Brasil, lugar de fácil acesso via ônibus, trem ou metrô. **Endereço:** Av. Presidente Vargas, 1261. Além da unidade central, há bibliotecas parques em Manguinhos, Rocinha e em Niterói. Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/2MowCA2>.

▪ **Centro de Arte e Criatividade**

Infanto-juvenil: Mais conhecido como Centrinho do Méier, o centro presta atendimento à população do bairro, oferecendo cursos livres e oficinas de arte-educação. Há aulas de artesanato; capoeira; percussão; desenho livre, pintura e mangá; coral para adultos; danças de salão; desenho e caricatura para crianças; dinâmica para a terceira idade; street dance; teatro e teclado. **Endereço:** Rua Rio Grande do Sul, 83, Méier. **Telefone:** (21) 3822-0683

▪ **Nós do Morro:**

Em 1986 teve o início o projeto Teatro-Comunidade no Morro do Vidigal. Hoje, o projeto oferece cursos de formação nas áreas de teatro (atores e técnicos) e cinema (roteiristas, diretores e técnicos) para alunos de dentro e de fora do morro. A partir de 2001, com o patrocínio da Petrobras, o projeto se consolidou e ganhou um espaço físico na comunidade, o Casarão. **Endereço:** Rua Dr. Olinto Magalhães, 54, Vidigal. **Telefone:** (21) 2512-4758. **Site:** www.nosdomorro.com.br

Informações sobre a cultura da cidade

Até pouco tempo, as favelas do Rio de Janeiro praticamente não

existiam nos mapas digitais. Para mudar isso, coletivos e iniciativas locais se articularam para mudar essa realidade e mostrar as ruas, vivências, cultura e diversidade desses territórios na cidade.

- **Guia Cultural de Favelas – Programa Favela Criativa:** <http://guiaculturaldefavelas.org.br>.
- **Tá No Mapa – Afro reggae:** <http://www.afroreggae.org/ta-no-mapa/>
- **Além do Mapa – Google Arts & Culture:** <https://beyondthemap.withgoogle.com/pt-br/beyond-the-map>

FOMENTO

Funarte

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) é um órgão do governo federal que promove programas de incentivo à produção e capacitação de artistas. Os editais lançados pela Funarte compreendem diversas áreas. Para saber como participar, é preciso observar as regras de cada edital, mas nor-

A tecnologia abre novos caminhos para grupos e associações que buscam financiamento para suas atividades culturais.

malmente são abertos para pessoas físicas e, em alguns casos, pessoas jurídicas.

Crowdfunding e financiamento coletivo pela internet

O termo crowdfunding vem do inglês e significa “financiamento pela multidão”. É como uma vaquinha, mas com ferramentas digitais que ampliam seu alcance. Grupos de ativistas e culturais estão recorrendo a esse tipo de financiamento para financiar projetos de livros, música, festivais, cursos, entre outros. Em geral, a pessoa ou grupo é responsável por criar todo o projeto de apresentação e divulgação da proposta e a plataforma se responsabiliza pelo sistema de arrecadação e pelo espaço no site. Para isso, em geral se cobra uma taxa sobre o valor arrecadado. Em alguns casos, só recebe o recurso quem atingir 100% da meta proposta.





Direitos humanos e diversidade

26


Diversidade é o termo que usamos para falar das múltiplas formas de expressão humana de uma mesma realidade. Falamos em diversidade cultural, étnica, sexual, ambiental, linguística, religiosa, dentre outras. Uma sociedade mais igualitária depende do respeito à diversidade, em que haja oportunidades iguais para pessoas diferentes. Já a **discriminação** acontece quando há uma atitude hostil perante uma característica diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa da sua

raça, do seu gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social. Por isso, é fundamental que conheçamos alguns dos direitos e políticas que existem.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Em 1888, o Brasil aboliu a escravidão, depois de três séculos de exploração de negros e indígenas. No entanto, ela não foi acompanhada de políticas de inclusão e reparação, e muito menos de superação do racismo.

Um reflexo disso é que, até hoje, a população negra é a que



mais sofre com as desigualdades. Um grave problema social no país é o **genocídio da juventude negra**. A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio no Brasil é 3,7 vezes maior do que a de um branco, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Uma das conquistas contra o racismo foi a criação de leis que enfrentam o problema. A Lei 7.716/1989 determina a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Temos ainda o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas (2012), que determina que o número de negros e indígenas de instituições de ensino seja proporcional ao do estado onde a universidade está instalada. Também existe a Lei 12.990/2014, que reserva para pretos e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Brasil tem uma das maiores taxas de feminicídios (assassinatos de mulheres devido a seu gênero) no mundo e as mulheres negras são as maiores vítimas dessa triste estatística. A luta pelo


A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio no Brasil é 3,7 vezes maior do que a de um branco

reconhecimento da violência doméstica como uma questão social ficou mais forte no Brasil por volta dos anos 1980. A partir dela, foram criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) e espaços de acolhimento para mulheres vítimas. Hoje, em diversos estados e municípios, as mulheres podem recorrer a serviços de atenção psicológica, assistência social e promoção da autonomia econômica.

O número nacional para denúncias de violência contra as mulheres é o 180. Nas nossas cidades, também temos delegacias especializadas no atendimento às mulheres e serviços de acolhimento.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ) foi criado em 1987 e foi um dos primeiros conselhos de direitos da mulher do país, como resultado das lutas e reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres no Estado do Rio de Janeiro. Sua finalidade é elaborar e implementar, em todas as esferas da administração do Estado do Rio de Janeiro, políticas públicas sob





A Lei Maria da Penha é o resultado da luta das mulheres pelo reconhecimento do problema da violência doméstica em nosso país

a ótica de gênero, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres.

- **Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga:** Rua Benedito Hipólito, nº 125 – Praça Onze – Centro – Rio de Janeiro CEP: 20.211-130. **Tel./Fax.:** 2517-2726
- **Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) MÁRCIA LYRA:** Rua Regente Feijó, nº 15, Centro/Rio de Janeiro CEP: 20.060-060. **Tel.:** (21) 2332-7199 (Recepção) / 2332-7200 (Administrativo)
- **Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa:** Rua 17, s/nº, Vila do João – Maré (Anexo ao Posto de Saúde). **Tel./Fax:** 3104-9896/3104-5170. **Horário de Funcionamento:** 2ª à 5ª feira de 9:00h às 16:00h.
- **Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida:** Praça Jorge Machado Moreira, 100 - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - CEP 21941-598. **Telefones** 3938-3773 - 3938-3720
- **Casa da Mulher de Manginhos:** Av. Dom Hélder Câmara, nº 1184/Casa de Tijolos. **Tel.:** 2334-8913 / 2334-8914. **Horário de atendimento:** de segunda a quinta, de 9h às 17h
- **Casa Abrigo Lar da Mulher:** (Endereço sigiloso) Triagem realizada pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher vítima de violência.
- **Casa Abrigo Cora Coralina:** (Endereço sigiloso) Triagem realizada pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher vítima de violência.
- **DEAM Centro:** Av. Visconde do Rio Branco, nº 12, Centro, perto da Praça Tiradentes. **Telefones Plantão:** (21) 2334-9859 / 3657-4323. Fax: (21) 2332-9996
- **NUDEM (Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher):** Rua do Ouvidor, 90, 4º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ. **Tel.:** 2332-6371. **Atendimento:** de segunda-feira a quinta-feira, das 10h às 16h. **Email:** nudem@dpge.rj.gov.br

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS (DSDR)

Direitos Sexuais são os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação. Já os **Direitos Reprodutivos** se referem à possibilidade de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos/as e de ter a informação e os meios de assim o fazer. Além de garantir uma vivência consciente da sexualidade e das escolhas em relação à reprodução, são direitos importantes para enfrentar o problema da violência sexual.

Um dos temas mais controversos e mais debatidos dentre os DSDR é o aborto, legalizado em muitos países do mundo. No Brasil, o aborto é permitido em três casos: quando há risco de morte para a gestante; em casos de anencefalia; e quando a gravidez é decorrente de estupro.

Nos casos de violência sexual, pela legislação recente, as meninas e mulheres podem procurar imediatamente o serviço público de saúde, sem precisar registrar um Boletim de Ocorrência e nem fazer qualquer tipo de exame no Instituto Médico Legal (IML). Alguns hospitais são referências nesse tipo de atendimento.

No Rio de Janeiro, o Hospital

Maternidade Fernando Magalhães é a Unidade de saúde do município do Rio de Janeiro referência para atendimento ginecológico, planejamento familiar e, em caso de violência sexual, para a realização do aborto legal. Funciona 24h. **Endereço:** Rua General José Cristino, 87, São Cristóvão. **Tel.:** (21) 3878-1498 / 3878-2327.

DIREITOS E POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT

A **identidade de gênero** se refere ao gênero com o qual a pessoa se identifica e isso não está ligado à genitália (órgãos sexuais – pênis e vulva), cromossomos, gônadas e hormônios. Se uma pessoa se identifica com o gênero que lhe foi designado, ela é cisgênera. No entanto, uma pessoa pode ter sido designada como do sexo masculino, mas ter uma identidade de gênero feminina e vice e versa. Nesse caso, trata-se de uma pessoa trans (travesti, transsexual ou transgênero) que pode passar ou não por uma série de procedimentos para adequar seu corpo à sua identidade de gênero.

A questão da identidade de gênero é parte das nossas vidas, e o preconceito em relação a isso é o principal componente de uma dura realidade: o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo.





Dentre os direitos conquistados, está o direito ao uso do nome social. Desde 2016, pessoas trans têm direito ao uso do nome que elas escolhem ao assumir sua identidade de gênero, em órgãos federais, empresas estatais, ministérios e universidades federais. Também existe uma resolução federal que garante o uso do nome social em escolas. Parece algo pequeno, mas respeitar o nome e o gênero pelo qual a pessoa se identifica é uma forma de respeito. Hoje, alguns lugares dispõem de serviços de orientação e apoio para pessoas trans.

Já **orientação sexual** é a atração sexual e/ou afetiva em relação às outras pessoas. Apesar da diversidade de orientações sexuais ser uma característica humana, presen-

te nas mais diversas sociedades, o preconceito com homossexuais ainda é muito presente no nosso país. A homofobia corresponde a qualquer ato ou manifestação de ódio, aversão, repulsa, rejeição ou medo (muitas vezes irracional) contra os homossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, o que tem levado a muitos tipos de violência, seja social, psicológica ou física.

Há alguns anos, o Rio de Janeiro contava com o Programa “Rio sem homofobia”, que abrangia centros de acolhimento à população LGBT e um Disque Denúncia. No entanto, desde 2016, o programa sofre com cortes de recursos e a situação dos serviços é instável. Para saber mais informações, procure a prefeitura da sua cidade.

Expediente

PROJETO JUVENTUDES NAS CIDADES

- **Realização:** Oxfam Brasil, Ação Educativa, Criola, Fase, Ibase, Inesc e Instituto Pólis.
- **Guia Juventudes nas Cidades**
- **Coordenação geral:** Bárbara Lopes/Ação Educativa e Priscilla Brito
- **Conteúdo nacional:** Priscilla Brito
- **Texto Juventudes e Desigualdades:** Rafael Georges e Tauá Pires (Oxfam Brasil)
- **Conteúdos locais:** Carmela Zigoni, Daniela Rueda e Alex Martins Silva (DF); Rud Rafael e Monica Oliveira (PE); Marina Ribeiro, Rachel Barros e Bianca Arruda (RJ); Bárbara Lopes (SP)
- **Diagramação:** Marcio Caparica
- **Ilustrações:** Natalia Xavier
- **Revisão:** Bárbara Lopes, Helen Cordeiro, Priscilla Brito, Maria Virgínia de Freitas e Tauá Pires.



*Este guia é dedicado a **Giovanna de Moura** (1997-2018), atriz, dançarina e ativista feminista e antirracista, participante do projeto Juventudes nas Cidades. Giovanna, presente!*

trabalho e renda
cidade



diversidade
educação
cultura



direitos humanos



PARCERIAS

